	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	1 de 16
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

Nº Chamado do GLPI 2019022730

1. DO OBJETO

1.1. Credenciamento para a contratação futura e eventual de empresas especializadas na prestação de serviços de locação de veículos do tipo ônibus, com motoristas, visando atender as demandas da Fundação PTI.

LOTE 01				
ITEM	VEÍCULO	PERCURSO	UNIDADE	PERCURSO
01	ÔNIBUS URBANO	MUNICIPAL	Diária (12 horas)	MUNICIPAL
02	ÔNIBUS URBANO	MUNICIPAL	Meia diária (6 horas)	MUNICIPAL

LOTE 02			
ITEM	VEÍCULO	PERCURSO	UNIDADE
01	ÔNIBUS URBANO	INTERMUNICIPAL	KM RODADO
			TAXA PERNOITE


1.1.1. Os veículos automotores, tipo ônibus a serem locados para realização de transporte sob a responsabilidade da Fundação PTI deverão possuir as seguintes especificações mínimas indicadas nos itens I.

1.1.2. ITEM I – Para atendimento a eventos:

1.1.2.1. Ônibus urbano, modelo padrão rodoviário Turismo, com ano de fabricação não superior a 8 (oito) anos da data da contratação, motor traseiro ou central, capacidade mínima para 40 (quarenta) passageiros sentados, poltronas individuais estofadas revestidas em tecido ou couro, reclináveis, com descanso de pernas, encosto de cabeça, equipados com sistema de ar-condicionado quente e frio de teto com capacidade mínima de 112.000 Btu/h, com combustível, Som CD player/MP3 com USB ou similar, Toilett, com motorista por conta da Contratada. Quando especificado em Ordem de Serviço, o ônibus deverá possuir também sistema de sonorização com microfone.

2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando que a Fundação PTI realiza diversos eventos anuais (como Latinoware, Ficiências e Espetáculos noturnos dentre outros) e que na sua grande maioria necessitam de contratação de transporte adicional ao existente, apresenta-se como opção está contratação, por este motivo faz-se necessário o credenciamento de empresas que prestem o serviço.

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	2 de 16
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

2.2. Optou-se pelo credenciamento porque é do interesse da Fundação PTI-BR obter o maior número possível de prestadores de serviços de **locação de ônibus** já que tais serviços podem ser executados, simultaneamente, por diversas empresas de maneira satisfatória.

2.3. O credenciamento possibilita à Fundação PTI-BR manter um cadastro de empresas pré-habilitadas a prestar os serviços, garantindo agilidade e segurança na contratação.

3. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1. Os deslocamentos serão realizados de acordo com as necessidades da Fundação PTI-BR, sendo que o número de passageiros, horário, local de embarque e desembarque, bem como o roteiro a ser realizado poderá ser informado ao contratado com antecedência mínima de até 48 (quarenta e oito) horas antes da viagem pelo Setor responsável. Ressalta-se que as viagens poderão ser realizadas aos sábados, domingos e feriados.

3.2. A CONTRATANTE especificará a quantidade mínima de veículos (ônibus) para atendimento, especificando o tempo a ser utilizado.

3.3. Em razão da imprevisibilidade dos serviços, a empresa estará ciente de que os mesmos serão executados conforme as necessidades da Contratante, sem restrição a horários, quantidade de veículos e datas.

3.4. A Contratada se obriga a utilizar na prestação do serviço, veículos próprios, com no máximo 08 (oito) anos de fabricação, mantidos em perfeitas condições de conservação e segurança, com todas as revisões em dia, pneus novos, dotados de todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito e com documentação regular.


3.5. A quilometragem para percurso **Intermunicipal** será computada a partir da saída da garagem do fornecedor, instalado na cidade de Foz do Iguaçu até o último roteiro informado pela Fundação PTI, excluindo outros percursos, tais como, deslocamentos para a sede da contratada ou traslado para almoço do motorista, desvios para abastecimento veículo ou encaminhamento do mesmo a oficinas;

3.6. Em caso de avaria mecânica ou acidente de trânsito, a Contratada deverá substituir o veículo avariado/acidentado no prazo máximo de 02 (duas) horas para percurso Municipal e 05 (cinco) horas para Intermunicipal.

3.7. Todas as despesas com a execução dos serviços, tais como: mão de obra, transporte, combustível, manutenção, alimentação, seguros, encargos, impostos de qualquer natureza incidente sobre o objeto do presente, são de inteira responsabilidade e risco da empresa contratada.

3.8. Os veículos utilizados na prestação de serviços deverão ser entregues nos locais indicados, de acordo com as especificações dos itens, devendo apresentar perfeito estado de segurança, conservação e limpeza, cabendo ao usuário ou a fiscalização esse julgamento:

a). Os veículos que não apresentam condições de segurança, conservação, funcionamento e limpeza adequadas a sua utilização, a critério do usuário ou

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	3 de 16
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

da fiscalização, ou ainda, em caso de pane ou acidente, quando em serviço, deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (duas) horas;

b). Os veículos devem apresentar-se para serviço com a documentação regularizada e original, sendo Certificado de Registro e Licenciamento do veículo pago e CNH válida dos motoristas.

3.9. Os percursos realizados pela CONTRATADA deverão seguir o especificado e solicitado em Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE, sem acréscimos ou supressões, mesmo quando solicitado por pessoa transportada. Deste modo, qualquer alteração de percurso poderá ser realizada apenas mediante solicitação e autorização da própria CONTRATANTE;

3.10. No valor constante da proposta comercial da CONTRATADA, deverão estar compreendidos, para todos os itens, todos os custos e despesas de natureza direta ou indireta relacionadas com a prestação dos serviços, especialmente as de natureza tributária, emplacamento, de seguro obrigatório, garantia total contra roubo, furto, colisão e incêndio, seguro de vida e danos materiais a terceiros, custos de administração e lucro, custos referentes a pedágios, mão de obra, transporte de funcionário, alimentação, materiais e insumos, estacionamento, manutenção, limpeza, taxas, bem como todos os equipamentos de segurança, ferramentas e tudo o mais que for necessário à completa execução do serviço objeto de futura Contratação.

3.11. A Contratante poderá locar outro veículo às custas da Contratada, quando esta não providenciar a substituição do veículo com problemas.

3.12. Os veículos devem apresentar-se para serviço com a documentação regularizada e original, sendo Certificado de Registro e Licenciamento do veículo pago e CNH válida dos motoristas com a categoria compatível ao do veículo solicitado.

2. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. Os serviços ocorrerão no município de Foz do Iguaçu, podendo haver viagens intermunicipais.


4.2. A execução dos serviços será definida e iniciada de acordo com a solicitação da área demandante.

5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A CONTRATADA atuará mediante convocação e em razão da necessidade da Fundação PTI-BR.

5.2. A execução dos serviços será iniciada após a confirmação do recebimento do documento Ordem de Serviço (OS) pela CONTRATADA, devidamente aprovada pelo representante da Fundação PTI-BR e com rubrica do representante da CONTRATADA.

5.2.1. Em função das necessidades da Fundação PTI - BR, a Ordem de Compra (OC) poderá ser encaminhada por meio eletrônico à CONTRATADA, devidamente assinada pelo gestor do instrumento contratual, com a devida

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	4 de 16
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

confirmação de recebimento, devendo a CONTRATADA remeter a via física assinada.

5.2.2. A Ordem de Serviço (OS) deverá especificar o escopo do trabalho a ser executado, contendo:

- a) Identificação do trabalho (título e numeração);
- b) Data de solicitação;
- c) Local da ocorrência do serviço;
- d) Enquadramento dos serviços, conforme escopo deste Termo de Referência;
- e) Detalhamento do pedido e características técnicas, bem como prazos e outras especificações de entrega, a critério da Fundação PTI-BR.

5.2.3. Eventuais alterações quanto ao detalhamento especificado na Ordem de Serviço (OS) deverão ser acordadas entre as partes e, devidamente, registradas por escrito em documentos anexos à Ordem de Serviço (OS).

5.2.4. A rubrica do representante da CONTRATADA configura recebimento e aceitação das instruções expressas na Ordem de Serviço (OS) e em seus anexos.

5.2.5. A Ordem de Compra (OC) poderá ser encaminhada por meio eletrônico à CONTRATADA, devidamente assinada pelo gestor do instrumento contratual, com a devida confirmação de recebimento, devendo a CONTRATADA remeter a via física assinada.

5.2.6. A CONTRATADA considera-se, perfeitamente, informada das condições pactuadas, bem como totalmente informada quanto ao local, data e horários onde serão executados os serviços.

6. DA CONTRATAÇÃO


6.1. As empresas que atenderem aos requisitos deste Termo de Referência, do Edital e de seus anexos e apresentarem toda a documentação solicitada serão consideradas credenciadas a prestar os serviços para a Fundação PTI-BR.

6.2. A prestação dos serviços poderá ser solicitada enquanto perdurar a vigência do edital de credenciamento ao qual este termo de referência está vinculado.

6.3. O credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por ato formal e unilateral da Fundação PTI-BR, comunicando, expressamente, ao Contratado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, hipótese em que será procedido o descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam aos contratados quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

6.4. O credenciado que se declarar impedido de atender alguma demanda deverá apresentar justificativa no prazo de até 12 horas após o recebimento da Ordem de Serviços, informando os motivos que impossibilitam o cumprimento da ordem de serviços.

6.4.1. Caso a justificativa apresentada não seja aceita pela área gestora do

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	5 de 16
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

credenciamento, a empresa poderá ser descredenciada, ficando impedida de apresentar novo requerimento de credenciamento no prazo de vigência deste edital, respeitando-se o contraditório e ampla defesa.

6.5. São de inteira responsabilidade do CREDENCIADO as obrigações pelos encargos previdenciários, sociais, fiscais, trabalhistas, securitários e comerciais resultantes de execução do serviço.

6.6. O credenciamento ou instrumento contratual celebrado com o interessado habilitado não gera qualquer vínculo empregatício com a Fundação PTI-BR.

6.7. Da alternatividade entre os credenciados.

6.7.1. A solicitação dos serviços será conforme a necessidade e conveniência da Fundação PTI-BR, sendo respeitada a alternatividade entre os credenciados, sempre excluída a vontade da Fundação PTI-BR na determinação da demanda por credenciado.

6.7.2. Havendo mais de um credenciado, a prestação dos serviços ocorrerá mediante o sistema de rodízio, iniciado por sorteio. A ordem de sorteio estabelecerá a ordem de chamada dos credenciados. Desta forma, o primeiro sorteado será convocado para primeira vaga disponível, e assim sucessivamente.

6.7.3 Aqueles que forem credenciados após o prazo inicial de envio de documentos previsto em edital, entrarão no final da ordem da lista de atendimento estabelecida pelo sorteio.

6.7.4 O critério que será utilizado no rodízio é a alternância de credenciados, ou seja, o mesmo credenciado não poderá atender duas solicitações em sequência.

6.7.5 O sorteio será realizado na Fundação PTI-BR com divulgação prévia da data e o resultado será disponibilizado no site www.pti.org.br.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:


7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

7.1.2. Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos, provisoriamente, com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada por intermédio de colaborador especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	6 de 16
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

7.2. A Fundação PTI-BR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com Terceiros, ainda que vinculados à execução do presente credenciamento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificada neste Termo de Referência e em sua proposta;

8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do credenciamento, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

8.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão a Fundação PTI-BR para a execução do serviço;


8.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

8.8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.9. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas neste instrumento, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	7 de 16
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

8.12. Manter, durante toda a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Termo de Referência;

8.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto;

8.15. Nos preços deverão estar incluídos todas as obrigações e encargos, enfim, todos os custos decorrentes da contratação, inclusive despesas de transportes e estadia em Foz do Iguaçu, não cabendo à Fundação PTI-BR qualquer despesa adicional.

8.16. Executar os serviços descritos em estrita observância às normas técnicas existentes.

8.17. Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas e tributárias.

8.18. Responsabilizar-se, integralmente, pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

8.19. Manter disciplina durante a prestação dos serviços, retirando do local após a notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente.

8.20. Comunicar imediatamente a Fundação PTI-BR, por escrito, quando, por motivo de força maior, se tornar impossível a realização da viagem dentro da periodicidade indicada, apresentando ainda, justificativa e indicação de um novo horário para sua efetivação. Esta alteração deverá ser previamente autorizada pela contratante.

8.21. Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene;

8.22. Apresentar à Área gestora, quando solicitado, cópia dos documentos dos veículos de sua propriedade. Na oportunidade, deverão ser apresentadas cópias das apólices de seguro de cada um dos veículos.


8.23. Havendo substituição de veículo, os documentos deverão ser atualizados.

8.24. Disponibilizar veículos devidamente assegurados, sendo a importância mínima segura de APP (Morte) de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por pessoa e de invalidez de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por pessoa.

8.25. Adotar todas as providências necessárias ao socorro de vítimas no caso de acidentes e informar imediatamente o ocorrido às autoridades competentes e a Fundação PTI-BR.

8.26. Responsabilizar-se, no caso de acidente, com a totalidade do valor correspondente aos danos materiais e indenizatórios, inclusive contra terceiros, não cabendo nenhuma responsabilidade à CONTRATANTE.

8.27. Apresentar, sempre que solicitada, a área gestora do Contrato a relação nominal dos motoristas credenciados a prestar o serviço, informando os

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	8 de 16
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

respectivos endereços, telefones residenciais e celulares, comunicando as alterações ocorridas.

8.28. Responsabilizar-se pelas multas resultantes de eventuais infrações de trânsito cometidas pelos motoristas, não cabendo à Contratante qualquer responsabilidade, ainda que solidária;

8.29. Disponibilizar os veículos com motoristas, abastecidos e com antecedência no local determinado pela Contratante;

8.30. A CONTRATADA deverá Computar a quilometragem percorrida a partir da garagem do veículo, na cidade de Foz do Iguaçu para a saída da viagem, tanto antes da partida do veículo de cada ponto em que o veículo estará à disposição da Contratante

8.30.1 O valor da locação Intermunicipal será cobrado por estimativa do km que será percorrido, no qual deverá incluir a taxa de pernoite, quando houver.

8.30.2 A CONTRATADA deverá informar o valor da locação Intermunicipal antes da data da viagem, no qual não poderá ser alterado posteriormente a realização da viagem.

8.31. Nos casos de viagens intermunicipais, responsabilizar-se também integralmente pelos custos com diárias, alimentação e hospedagem dos motoristas nas viagens atendidas neste Termo de Referência, sendo especificado pela contratante quando do transporte fracionado ou integral.

8.32. A equipe apresentada deve ser formada por profissionais com experiência em rotinas de turismo e eventos, os condutores dos veículos devem possuir curso de transporte e qualificação de passageiro conforme resolução 57/98 – DENATRAN.

8.33. A empresa contratada deverá manter atualizada sua documentação e seus cadastros junto ao DER/PR, ANTT e junto ao Cadastur, no Ministério do Turismo, que expede certificado válido por 2 (dois) anos para cada cadastro deferido, inclusive de filiais.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO


9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da sua escoreita execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do pactuado, devendo ser exercido pelo gestor do contrato, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e fiscal administrativo do contrato.

10.1.1. O representante da Fundação PTI-BR deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução contratual.

10.1.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	9 de 16
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

para a adoção das medidas convenientes.

10.2. A verificação da adequação da execução do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

10.3. A execução dos contratos, quando for o caso, deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 137 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Fundação PTI – RELC, quando for o caso.

10.4. O gestor do contrato ou o fiscal designado deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme § 2º do Art. 137 do RELC.

10.5. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, ensejará a aplicação das sanções cabíveis, podendo culminar com a rescisão contratual.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. A empresa CONTRATADA deverá apresentar na fase de habilitação documento que comprove seus cadastros junto ao DER/PR, ANTT e junto ao Cadastur, no Ministério do Turismo.

11.2. A CONTRATADA deverá ter experiência no tipo de serviço prestado, referente às atividades do presente objeto, garantindo condições técnicas e profissionais para a execução do serviço.

11.3. A qualificação técnica da empresa deverá ser comprovada mediante apresentação de, pelo menos, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, compatível com o objeto deste Termo de Referência, comprovando que a CONTRATADA prestou serviço semelhante ao objeto a ser contratado, fornecido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado.


11.4. O atestado deverá conter obrigatoriamente:

- I. Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado;
- II. Endereço completo;
- III. Manifestação acerca da qualidade do serviço prestado; e
- IV. Identificação do responsável pela emissão de atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais de interesse da Comissão de Licitação.

12 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- I. Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	10 de 16
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

- II. Apresentação de documento falso;
- III. Qualquer ato que frustre ou fraude, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- IV. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- V. Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- VI. Incorrer em inexecução contratual;
- VII. Não pagamento, pela CONTRATADA, das verbas trabalhistas, encargos sociais e previdenciários;

12.2. Para toda e qualquer ofensa a deveres contratuais poderão ser aplicadas, à CONTRATADA, sem prejuízos de responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

- I. Advertência para faltas leves, assim entendidas: aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante.
- II. Multa Moratória equivalente a 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos por cento) do valor atualizado do instrumento contratual, por dia de atraso.
- III. Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual, no caso de inexecução total do instrumento contratual ou por ato que frustre ou fraude a licitação, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- IV. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI - BR, por até 5 (cinco) anos.


12.3. Considera-se inexecução total do instrumento contratual o atraso na execução do serviço por mais de 1 (um) dia corrido

12.4. Como forma de punir certas ocorrências pontuais da CONTRATADA, serão aplicados os quadros a seguir, respeitando-se o limite para a **aplicação de multas** estabelecida por este termo de referência, independentemente da aplicação de outras penas.

12.4.1. A caracterização formal da "ocorrência", do item "DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA" do "Quadro 2 – Infração", será notificada à CONTRATADA pela Fiscalização da Fundação PTI-BR, sendo de um dia a periodicidade mínima para a repetição desses atos.

Quadro 1 - Correspondência

GRAU	VALOR DA MULTA
1	2% do valor do contrato

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	11 de 16
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				


2	4% do valor do contrato
3	6% do valor do contrato
4	8% do valor do contrato
5	10% do valor do contrato

Quadro 2 - Infração

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	01
6	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Fundação PTI-BR, por item e por ocorrência;	03
8	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

12.5. Na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR deverá ser considerada a dosimetria da penalidade, conforme tabela a seguir:

INFRAÇÃO	PENA (MÁXIMA)
Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;	04 (quatro) meses
Apresentação de documento falso;	30 (trinta) meses

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	12 de 16
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

Qualquer ato que frustre ou fraude, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;	30 (trinta) meses
Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;	30 (trinta) meses
Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;	36 (trinta e seis) meses
Incorrer em inexecução contratual.	12 (doze) meses

12.5.1. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR para o caso de inexecução contratual deve ser aplicada apenas no caso de inadimplemento grave ou que se entenda que não é dispensável de cumprimento.


12.6. As sanções previstas no tópico 11.5 deste termo de referência poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante abaixo, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

- I. Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro, no Cadastro de Fornecedores da Fundação PTI-BR, de penalidade aplicada em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas neste instrumento, nos 24 (vinte e quatro) que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- II. Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- III. Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou
- IV. Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

12.7. As infrações, independentemente de sua gravidade, poderão ser aplicadas de modo cumulativo, mais de uma penalidade, sem prejuízo da eventual rescisão contratual sem o direito à indenização.

12.8 Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Fundação PTI - BR, nos termos do art. 157 do RELC:

- I. Às pessoas físicas integrantes do quadro societário da pessoa jurídica, independentemente de nova pessoa jurídica que vieram a criar ou de outra em que figurarem como sócios;
- II. Às pessoas jurídicas que possuam sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	13 de 16
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

12.9. A Fundação PTI - BR poderá rescindir o instrumento contratual caso o montante correspondente à soma dos valores das multas moratórias ultrapassarem 10% (dez por cento) do valor total atualizado deste instrumento contratual.

12.10. Se a multa aplicada não for suficiente para cobrir os prejuízos causados à Fundação PTI - BR, poderá esta, justificadamente, requerer a diferença a que tem direito.

12.11. As sanções de advertência e suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI - BR, por até 5 (cinco) anos, poderão ser aplicadas juntamente às sanções de multa, a depender do caso e a sua aplicação, ainda que de forma cumulada, não exime a responsabilidade de indenizar eventuais perdas e danos ocasionados à Fundação PTI - BR, decorrentes do descumprimento contratual e/ou obrigação editalícia.

12.12. A multa não será aplicada caso o fato gerador em que incorreu a CONTRATADA tenha sido consequência de motivo de força maior ou caso fortuito.

12.13. A Fundação PTI - BR reserva-se o direito de deduzir, dos valores devidos à CONTRATADA, as multas aplicadas e a importância necessária ao ressarcimento de danos e/ou prejuízos, que a mesma causar à Fundação PTI - BR ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

12.14. As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem nenhuma outra prevista em lei, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à Fundação PTI - BR.

12.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento contratual, excluir-se-á o dia do início, incluir-se-á o vencimento e considerar-se-ão os dias úteis consecutivos.


12.16. A aplicação das penalidades previstas deverá ser realizada em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o art. 159 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil - (RELC).

12.17. A CONTRATADA poderá interpor defesa e apresentar e/ou requerer a produção de provas, conforme o caso.

12.17.1. Da decisão final cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da intimação do ato. O recurso será julgado pelo Diretor Administrativo-Financeiro da Fundação PTI-BR.

12.18. A não ocorrência das penalidades acima referidas não impede que a Fundação PTI - BR rescinda, unilateralmente, o instrumento contratual.

12.19. Na aplicação das sanções deverão ser considerados os danos resultantes da infração, situação econômico-financeira da sancionada (em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio), reincidência, assim entendida: a repetição de infração de igual natureza, bem como a outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto, observado o princípio da razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação, art. 158 do RELC.

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	14 de 16
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

12.20 No caso de atraso do pagamento por parte da Fundação PTI - BR, a CONTRATADA poderá exigir as penalidades a seguir:

- I. Multa, de 2% (dois por cento), sobre o valor da parcela pendente;
- II. Juros, de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor da parcela pendente.

13. DO PRAZO DE GARANTIA DOS SERVIÇOS

13.1. Não se aplica ao serviço a ser contratado.

14. DO PAGAMENTO


14.1. O pagamento da prestação de serviços será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento definitivo do serviço, a ser realizado pela Fundação PTI-BR.

14.2. O pagamento está condicionado ao aceite do documento fiscal, que consiste na validação da Nota Fiscal, observados os dados cadastrais, retenções de tributos quando aplicáveis, e compatibilidade da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), com o objeto contratado.

14.3. A nota fiscal somente poderá ser emitida após efetiva prestação de serviços, bem como a aprovação, por parte da Fundação PTI - BR, do(s) seguinte(s) documento(s):

- I. "Ordem de Serviço", "Contrato" ou o Pedido de Compras" emitido pela Fundação PTI-BR;
- II. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- III. Certidão Negativa de Débitos das Fazendas, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- IV. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- V. Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo e Serviço (FGTS);
- VI. Correspondência com a solicitação do respectivo pagamento, relativo à realização dos serviços executados;
- VII. Cópias das guias de recolhimento quitadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, GFIP e da Previdência Social (GPS) dos empregados da CONTRATADA que forem designados para a prestação dos serviços ora contratados, correspondente ao mês imediatamente anterior, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA (quando couber).

14.4. O pagamento dos serviços está condicionado às execuções pela CONTRATADA, a aprovação pela Fundação PTI - BR, bem como à entrega da documentação, completa, exigida para liberação do pagamento conforme prazos e condições a serem firmados em instrumento contratual.

	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	15 de 16
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

14.5. Caso a Contratada esteja enquadrada no regime tributário do SIMPLES NACIONAL, ela deverá entregar, junto ao documento fiscal, a declaração do enquadramento e o respectivo anexo. Quando possuir benefícios fiscais de imunidade ou isenção, a mesma deve apresentar declaração com a base legal do enquadramento.

14.6. Os documentos fiscais deverão ser preenchidos em nome da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – BR, CNPJ 07.769.688/0001-18, com natureza jurídica de entidade privada sem fins lucrativos, inscrição municipal 36.687, não contribuinte de ICMS, situada na Avenida Tancredo Neves nº 6731, CEP 85.867-900, Bairro Itaipu, Foz do Iguaçu (PR).

14.6.1. Nos documentos fiscais deverão constar: o número do pedido de compras, a descrição detalhada dos serviços prestados, o local da prestação dos serviços (quando ocorrer fora do município de Foz do Iguaçu – PR) e o destaque das retenções de tributos (quando aplicáveis).


14.7. Todos os documentos fiscais eletrônicos devem ser enviados para o e-mail: nfeletronica@pti.org.br e as Notas Fiscais manuais devem ser entregues para a área de recebimento.

14.8. A Contratada deverá informar, no campo de Observações Complementares dos documentos fiscais, o número e nome do Convênio (quando aplicável).

14.9. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA, quando couberem, estarão sujeitos à retenção de tributos, conforme a legislação vigente:

- I. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), conforme Decreto nº 9.580 de 2018 art. 74 RIR/2018. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), conforme Lei 10.833/2003 e Instrução Normativa RFB 459/2004;
- II. Contribuição social previdenciária (INSS), na forma da Instrução Normativa RFB no 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;
- III. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital;
- IV. Demais tributos incidentes sobre o objeto da contratação.

14.10. A CONTRATADA, quando da formalização de sua Proposta Comercial, assumirá a responsabilidade de fazê-la com inclusão de todas as obrigações e encargos, ou seja, todos os custos incidentes para a consecução do objeto contratado, não podendo ser atribuída à Fundação PTI - BR nenhuma despesa adicional, a qualquer título.

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data da aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.037	0.0	06/11/2017	16 de 16
FORMULÁRIO – TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

14.11. Caso a CONTRATADA não apresente a documentação completa exigida para liberação do pagamento do documento fiscal no prazo estabelecido, o respectivo pagamento dos serviços somente ocorrerá 10 (dez) dias úteis a contar da data da apresentação formal, pela CONTRATADA à Fundação PTI - BR, dos respectivos documentos faltantes.

14.12. A Fundação PTI - BR poderá, ao seu critério, deduzir dos pagamentos devidos à CONTRATADA valores cobrados pela mesma sem o devido respaldo contratual ou resultantes de multas ou qualquer outro débito da CONTRATADA decorrente dos compromissos assumidos neste instrumento contratual.

15. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

15.1. O prazo de validade do credenciamento será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos até atingir o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, desde que, cumulativamente, seja demonstrada a vantajosidade e concordância do fornecedor.

16. CONSIDERAÇÕES GERAIS

16.1. Todas as despesas, encargos, fretes e impostos de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto do presente, honorários, taxa de agenciamento e todas as obrigações sócio e previdenciárias são de inteira responsabilidade e risco da empresa vencedora.

16.2. Nos custos apresentados devem estar inclusas despesas necessários para com a contratação dos profissionais.

16.3. Durante todo o período de contratação, a empresa CONTRATADA deverá manter atualizada sua documentação e seus cadastros junto à Fundação PTI-BR.

17. APROVAÇÃO:

_____ Thiago Wendler Martinez Responsável técnico	_____ Thiago Maycon Sanches Santos Responsável pelo Centro de Custo
Data: ____/____/____ Área: CS	Data: ____/____/____ Área: CS